Santa Casa da Misericórdia de Mora

Política de Privacidade e Proteção de Dados

Santa Casa da Misericórdia de Mora

Responsável pelo tratamento

A Santa Casa da Misericórdia de Mora é a entidade Responsável pelo Tratamento de dados, sendo constituída por três grandes Departamentos Funcionais, a saber, Departamento de Infância e Juventude com Creche, Jardim de Infância e Serviço de Intervenção Precoce; Departamento de Família e Comunidade com o Serviço de Atendimento/Acompanhamento Social; Departamento de Gerontologia e Geriatria abrangendo o Lar de Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Unidade de Cuidados Continuados e Centro de Recuperação Global.

Identidade e missão

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mora, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada no ano de 1575, com o objetivo de satisfazer carências sociais, expressamente consignou que o âmbito da sua atividade social não se confinaria apenas ao campo da chamada segurança social, podendo abranger, também, outros meios de fazer bem, quer no setor da saúde quer no setor da educação.

A Instituição no exercício da sua missão, apresentando um conjunto de respostas organizadas e integradas de cuidados de saúde e apoio social à população, dispõe de vários equipamentos, através dos quais desenvolve um leque de parcerias, com o objetivo de operacionalizar as respostas sociais, maximizando recursos e desenvolvendo sinergias. Na prossecução da sua missão envolve ainda transversalmente outras estruturas e serviços locais, públicos e privados, em diferentes áreas de intervenção (saúde, social, segurança, solidariedade, educação, cultura e lazer).

A identidade e privacidade dos Utentes, Colaboradores nos quais se incluem os Voluntários e Parceiros, sempre foram objeto do maior respeito por parte da Instituição, procedendo ao tratamento dos seus dados pessoais exclusivamente no âmbito do exercício da atividade e missão social, em total conformidade legal.

O que são dados pessoais?

Dados Pessoais são quaisquer informações, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, por recurso a um identificador, designadamente, nome, número de identificação, dado de localização, identificador eletrónico ou outros elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social que permitam chegar à identificação dessa pessoa singular**.**

Santa Casa da Misericórdia de Mora

Que Categorias de Dados Pessoais Tratamos?

Para gerirmos a nossa atividade e missão social e prestarmos os melhores serviços aos nossos Utentes, recolhemos e tratamos os seguintes dados pessoais dos Utentes, Colaboradores e Parceiros:

- dados de identificação (nome, estado civil, género, número de documento de identificação civil, fiscal, de utente e de segurança social, nacionalidade, data de nascimento, número de quarto, dados bancários, comprovativos de rendimentos, dados económicos do agregado familiar, dados de habilitações literárias, dados de saúde),
- dados de contacto (morada, contacto telefónico, endereço de e-mail),
- os seus interesses (hobbies, atividades físicas e/ou lúdicas),
- dados de interação eletrónica (endereço de IP, identificadores de dispositivos móveis), e
- outros dados que se revelem necessários ou convenientes para a prestação dos serviços da Instituição, o que inclui a execução de obrigações legais às quais a Instituição está vinculada, nomeadamente perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Segurança Social, a Caixa Geral de Aposentações ou outras entidades oficiais.

Recolha e tratamento de dados pessoais

A recolha e tratamento dos dados dos nossos Utentes, Colaboradores e Parceiros têm como única finalidade a prestação dos serviços que constituem a nossa missão, sendo requisitados de forma direta, quando interage com a Instituição, por qualquer forma. Também poderemos aceder a informação pessoal, de forma indireta, através de parceiros e entidades oficiais.

Consciente da defesa da privacidade e integridade do registo e tratamento dos dados pessoais, com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados, a Instituição reforçou a segurança física e digital dos mesmos, em plena conformidade legal.

Qual o Fundamento e Finalidade do Tratamento de dados pessoais?

As Finalidades de tratamento de dados pessoais são a execução dos contratos de prestação de serviços que dispomos à comunidade, gestão dos processos internos de Utentes e Colaboradores, gestão contabilística, fiscal e administrativa, gestão de contencioso, controlo da segurança física (videovigilância e geolocalização), cumprimento de obrigações legais.

Quanto aos fundamentos legais para o tratamento de dados pessoais, estamos devidamente legitimados pelos seguintes:

(1) Consentimento (quando nos der o seu consentimento expresso, livre, informado e específico, para finalidade determinada, designadamente ser recetor de ações de divulgação institucional),

(2) Execução de contrato ou diligências pré-contratuais (quando o tratamento dos dados pessoais seja necessário para a celebração, execução e gestão do contrato do qual é parte),

(3) Cumprimento de obrigação legal (quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para cumprir uma obrigação legal a que a Instituição esteja sujeita, tal como a comunicação de dados a entidades policiais, judiciais, fiscais ou reguladoras), ou

(4) Prossecução de um nosso interesse legítimo (quando o tratamento dos dados pessoais corresponda a um interesse legítimo da Instituição ou de terceiros, como por exemplo melhoria da qualidade do serviço, deteção de fraude, segurança de pessoas e bens, ou quando os motivos para a sua utilização devam prevalecer sobre os direitos dos titulares dos dados).

Os dados serão tratados e conservados conforme as finalidades e no período mínimo legal necessário.

Há partilha de dados com outras entidades?

Os seus dados para além de em cumprimento de obrigação legal serem comunicados a entidades oficiais, poderão ser tratados por entidades subcontratadas pela Instituição, sempre que tal seja legalmente exigido ou contratualmente necessário, sendo fornecidos a essas entidades apenas os dados necessários à execução do serviço requerido.

Pautamos toda a nossa atuação e estendemos a Terceiros e Subcontratantes as seguintes obrigações relativamente ao tratamento de dados pessoais:

- os dados pessoais serão tratados em obediência ao regime legal de tratamento de dados, à presente política de privacidade e com a garantia de um tratamento legal, leal e transparente;
- os dados recolhidos são meramente instrumentais à nossa atividade, destinando-se a prosseguir uma finalidade determinada, específica e legítima, não tendo um tratamento posterior incompatível com estas finalidades;
- respeitamos o princípio da minimização dos dados, recolhendo apenas os dados considerados adequados, relevantes e necessários às finalidades da recolha e tratamento;
- em obediência do princípio da exatidão, manteremos os seus dados exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas e disponibilizadas ao seu titular todas as medidas necessárias a garantir a sua integridade;
- assumimos o princípio da preocupação da conservação dos seus dados de forma a que seja possível identificá-lo apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;
- trataremos os seus dados de acordo com o princípio da segurança – protegendo os seus dados de um eventual tratamento ilegal e não autorizado, prevenindo eventuais perdas, a sua destruição ou dano imprevisto, adotando todos as medidas técnicas e organizativas adequadas a um tratamento de dados que garanta a segurança, integridade e confidencialidade dos dados;
- sempre que lhe seja solicitado consentimento para o tratamento de dados, prestaremos a informação necessária quanto às finalidades do tratamento e mantemo-nos fiéis a estas finalidades.

Direitos do titular

O titular dos dados pessoais dispõe dos seguintes direitos, que poderá exercer de forma fácil e gratuita, através do seguinte e-mail: protecaodados@scm-mora.org.pt

Apenas em caso de pedidos manifestamente infundados ou excessivos poderá ser cobrada uma taxa para o exercício destes direitos.

Direito de Acesso - direito a obter a confirmação de quais são os seus dados pessoais que são tratados e informação sobre os mesmos.

Direito a ver ou obter cópia, por exemplo das faturas ou dos contratos escritos.

Direito de Retificação - direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados.

Direito ao Apagamento dos dados ou "direito a ser esquecido" - direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação, como por exemplo os casos em que a Instituição tem de conservar os dados para cumprir uma obrigação legal ou requerer o exercício de um direito.

Direito à Portabilidade - direito de receber os dados que nos forneceu em formato digital de uso corrente e de leitura automática se o tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular dos dados é parte e for realizado por meios automatizados. O direito de portabilidade não inclui dados inferidos nem dados derivados, i.e., dados pessoais que sejam gerados pela Instituição como consequência ou resultado da análise dos dados objeto de tratamento.

Direito a Retirar o Consentimento – quando o tratamento de dados se fundar no acordo do Cliente, este tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. A retirada do consentimento não compromete a legalidade do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Direito de Oposição – nos casos em que o tratamento de dados for efetuado para efeito dos interesses legítimos da Instituição, ou o tratamento for efetuado para efeitos de marketing institucional ou definição de perfis com base nas suas preferências ou interesses pessoais, pode ainda, a qualquer altura opor-se ao tratamento dos dados pessoais.

Direito de Limitação do tratamento - direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, sob a forma de suspensão do tratamento ou limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.

Direito a reclamar - direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, para além de o poder fazer diretamente perante a Instituição, caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento legítimo.

De que modo protegemos os seus dados?

Para garantir a segurança dos dados pessoais e a máxima confidencialidade, a Instituição trata os dados pessoais a que acede de forma absolutamente confidencial, de acordo com as suas políticas e procedimentos internos de

segurança e confidencialidade, os quais são atualizados periodicamente de acordo as necessidades, assim como com os termos e condições legalmente previstos.

Em função da natureza, do âmbito, do contexto e das finalidades do tratamento dos dados, bem como dos riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades do titular dos dados aplicamos, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas à proteção dos dados.

A Instituição compromete-se ainda a assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento e que esses dados não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas.

Caso seja realizada transferência de dados pessoais para países fora da União Europeia observam-se as disposições legais aplicáveis, nomeadamente quanto à determinação da adequabilidade de tal país no que respeita a proteção de dados e aos requisitos aplicáveis a tais transferências.

Violação de dados pessoais

Em caso de violação de dados e na medida em que tal violação seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades dos Utentes, Colaboradores e/ou Parceiros, a Instituição compromete-se a comunicar a violação de dados pessoais aos titulares dos dados e bem assim à Comissão Nacional de Proteção de dados, no prazo de 72 horas a contar do conhecimento do incidente.

Nos termos legais, a comunicação não é exigida nos seguintes casos:

- Caso a Instituição tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;

- Caso a Instituição tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades dos titulares dos dados já não é suscetível de se concretizar; ou

- Caso a comunicação aos titulares dos dados implique um esforço desproporcionado sendo dessa forma efetuada uma comunicação pública.

Santa Casa da Misericórdia de Mora

Alterações à Política De Privacidade

A Instituição reserva-se o direito de alterar a presente Política de Privacidade a todo o tempo**.**

Lei e Foro Aplicáveis

A Política de Privacidade, bem como a recolha, tratamento ou transmissão de Dados de Utentes, Colaboradores e Parceiros, são regidos pelo disposto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e pela legislação e regulamentação aplicáveis em Portugal, designadamente a Lei n.º 58/2019 de 8 de Agosto. Quaisquer litígios decorrentes da validade, interpretação ou execução da Política de Privacidade, ou que estejam relacionados com a recolha, tratamento ou transmissão de dados do Cliente, devem ser submetidos em exclusivo à jurisdição dos tribunais judiciais da comarca de Mora, sem prejuízo das normas legais imperativas aplicáveis.

Mora, 20 de Agosto de 2019.

O Provedor,

Manuel de Barros Caldas de Almeida